



SANTA CASA NOSSA SENHORA DAS MERCÊS
CNPJ 24.378.986/0001-04

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

SANTA CASA NOSSA SENHORA DAS MERCÊS

CONTEÚDO

	Página
→ Relatório dos auditores independentes	3
→ Balanços patrimoniais	5
→ Demonstração do resultado	7
→ Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
→ Demonstração dos fluxos de caixa	9
→ Notas explicativas	10

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e conselheiros da
Santa Casa Nossa Senhora das Mercês

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Santa Casa Nossa Senhora das Mercês** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Santa Casa Nossa Senhora das Mercês** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **Santa Casa Nossa Senhora das Mercês**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **Santa Casa Nossa Senhora das Mercês** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **Santa Casa Nossa Senhora das Mercês** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **Santa Casa Nossa Senhora das Mercês** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Santa Casa Nossa Senhora das Mercês**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Santa Casa Nossa Senhora das Mercês**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Santa Casa Nossa Senhora das Mercês** a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 06 de setembro de 2022.




Orplan Auditores Independentes
CRCMG - 00478/O e CVM – 3310
Marco Aurélio Cunha de Almeida
Contador - CRCMG – 056.290/O

SANTA CASA NOSSA SENHORA DAS MERCÊS
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE
 (Valores em reais)

ATIVO			
	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.069.531	944.279
Créditos a receber	6	354.058	459.383
Estoque	7	500.087	189.779
Adiantamento a terceiros		16.697	8.855
Impostos a recuperar		44	44
Total do ativo circulante		1.940.417	1.602.340
Não circulante			
Depósito judicial		77.112	77.112
Imobilizado	8	14.714.272	14.976.347
Total do ativo não circulante		14.791.384	15.053.459
Total do ativo		16.731.801	16.655.799

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



SANTA CASA NOSSA SENHORA DAS MERCÊS
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE
(Valores em reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Circulante			
Fornecedores	9	135.903	172.001
Obrigações sociais	10	645.138	644.018
Obrigações tributárias		41.226	40.526
Empréstimos e financiamentos	11	<u>213.562</u>	<u>276.667</u>
Total do passivo circulante		1.035.829	1.133.212
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	115.272	330.278
Provisão para contingências	22	77.112	77.112
Outras contas a pagar		<u>-</u>	<u>36.396</u>
Total do passivo não circulante		192.384	443.786
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	12.a	3.875.246	3.415.651
Ajuste de avaliação patrimonial	12.b	11.203.555	11.382.863
Superávit/déficit acumulado	12.c	<u>424.787</u>	<u>280.287</u>
Total do patrimônio líquido		15.503.588	15.078.801
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>16.731.801</u>	<u>16.655.799</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SANTA CASA NOSSA SENHORA DAS MERCÊS

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FÍNDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE**
(Valores em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita de serviços			
Receitas com pacientes particulares		117.157	106.910
Receitas com convênios	13	3.414.923	2.925.304
Receitas com SUS	14	1.880.696	1.857.273
Contrato de gestão PMSB	15	5.364.153	4.296.000
Internos		35.266	38.779
Glosas		(29.637)	(63.181)
Receitas subvenções	16	2.444.819	1.820.048
Receitas com doações		408.876	134.954
Isenção patronal INSS	20	1.026.566	869.551
Receitas operacionais líquidas		14.662.819	11.985.638
Custo dos serviços prestados	17	(12.516.391)	(10.234.430)
Resultado operacional bruto		2.146.428	1.751.208
Despesas / receitas operacionais		(1.679.464)	(1.426.098)
Despesas administrativas e gerais	18	(683.383)	(495.999)
Provisão para contingências	22	-	(77.112)
Outras receitas	19	30.485	16.564
Isenção patronal INSS	20	(1.026.566)	(869.551)
Superávit operacional antes do resultado financeiro		466.964	325.110
Resultado financeiro líquido		(42.177)	(44.823)
Despesas financeiras		(63.252)	(50.795)
Receitas financeiras		21.075	5.972
Superávit do exercício		424.787	280.287

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES
EM 31 DE DEZEMBRO DE**
(Valores em reais)

<u>Descrição</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Superávit do exercício	424.787	280.287
Outros resultados abrangentes	179.308	179.309
Resultado abrangente do exercício	604.095	459.596

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SANTA CASA NOSSA SENHORA DAS MERCÊS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Valores em reais)

Descrição	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávit acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.810.926	11.562.172	425.416	14.798.514
Incorporação ao patrimônio social	425.416	-	(425.416)	-
Superavit do exercício	-	-	280.287	280.287
Realização de avaliação patrimonial	179.309	(179.309)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.415.651	11.382.863	280.287	15.078.801
Incorporação ao patrimônio social	280.287	-	(280.287)	-
Superavit do exercício	-	-	424.787	424.787
Realização de avaliação patrimonial	179.308	(179.308)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.875.246	11.203.555	424.787	15.503.588

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SANTA CASA NOSSA SENHORA DAS MERCÊS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE
(Valores em reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Atividades operacionais		
Superávit do exercício	424.787	280.287
Ajuste por:		
Depreciação	506.007	468.654
Baixas	34.643	1.054
Resultado líquido ajustado	965.437	749.995
(Aumento) / redução dos ativos	(212.825)	(36.782)
Créditos a receber	105.325	81.016
Estoque	(310.308)	(31.998)
Adiantamento a terceiros	(7.842)	(8.655)
Impostos a recuperar	-	(33)
Deposito judicial	-	(77.112)
Aumento / (redução) dos passivos	(70.674)	271.562
Fornecedores	(36.098)	26.279
Obrigações sociais	1.120	116.642
Obrigações tributárias	700	15.133
Provisão para contingências	-	77.112
Outros passivos circulantes	(36.396)	36.396
Caixa líquido provenientes atividades operacionais	681.938	984.775
Aquisição de imobilizado	(278.575)	(621.150)
Caixa líquido provenientes atividades de investimento	(278.575)	(621.150)
Empréstimos	(278.111)	23.612
Caixa líquido provenientes atividades de financiamento	(278.111)	23.612
Variação do caixa e equivalentes de caixa	125.252	387.237
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	125.252	387.237
Saldo de caixa + equivalentes de caixa no início	944.279	557.042
Saldo de caixa + equivalentes de caixa no final	1.069.531	944.279

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SANTA CASA NOSSA SENHORA DAS MERCÊS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Valores em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Santa Casa Nossa Senhora das Mercês, instituição filantrópica, sem fins lucrativos, autorizada a funcionar em 01 de abril de 1923, sob registro no CNAS nº 8125/38-40; reconhecida de Utilidade Pública Federal (conforme decreto nº 50.517 de 02/05/1961), de Utilidade Pública Estadual (conforme lei nº 5.198 de 09/06/1969) e de Utilidade Pública Municipal (conforme lei nº 296 de 13/12/1965); tem como objetivo estatutário: prestar atendimento médico-hospitalar, nos limites de sua capacidade física e técnica e atendimento asilar.

Em 27/11/09, foi publicada a Lei nº12.101 caracterizada como Nova Lei da Filantropia, que, regulamentada em 2010 pelo decreto nº 7.237 de 27 de julho, trouxe mudanças para as entidades filantrópicas no que diz respeito à concessão do certificado de filantropia, para obtenção das isenções das contribuições para a seguridade social. Entre as inovações da nova lei está a mudança no processo de certificação, que antes era feita pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome, e que doravante passa a ser dividido em três áreas: Saúde – sob a responsabilidade do Ministério da Saúde, Educação – sob a responsabilidade do Ministério da Educação e Assistência Social – sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Consequentemente, as entidades de que trata esta lei deverão manter escrituração contábil segregada por área de atuação de modo a evidenciar o seu patrimônio, as suas receitas, os custos e as despesas. Ainda com relação a esse assunto, deve-se ressaltar a emissão da Portaria nº 3.355, de 04.11.2010, do Ministério de Estado da Saúde.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's), associadas aos aspectos contábeis específicos relacionados a entidades sem fins lucrativos de acordo com a ITG 2002 (R1), aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio da Resolução nº 1.409/2012.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Impacto COVID 19

A entidade monitora atentamente as informações acerca das incertezas provocadas pela pandemia da COVID-19, assim como as reações de mercado e os efeitos econômicos provocados pela doença.

Avaliamos até a data da emissão das demonstrações contábeis e não identificamos impactos materiais que possam afetar as mesmas, bem como não verificamos nenhum indicativo que pudesse comprometer a continuidade de negócios da entidade.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Apuração do superávit ou déficit: as receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa: o caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos em caixa, os depósitos bancários a vista e aplicações financeiras, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos, até a data do balanço.

3.3. Contas a receber e a pagar: estão registradas pelo valor de emissão e ajustadas ao valor provável de realização ou encargos incorridos, quando aplicável. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos na data da apuração.

3.4. Estoques: estão avaliados ao custo de aquisição e acrescidos dos valores de frete e seguro, sendo demonstrados ao custo médio das compras que não excede o valor de mercado.

3.5. Classificação de itens circulantes e não circulantes: no balanço patrimonial, ativos e passivos vincendos ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos: os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Entidade concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

3.7. Ativo imobilizado: o ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, formação ou construção e corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação foi calculada pelo método linear cujas taxas são mencionadas na nota 8. Em 2014, conforme **ITG – 10 – Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado e à propriedade para investimento** foi efetuada avaliação de todo imobilizado por avaliadores externos e foram levantados os bens com valores relevantes que ainda estavam em operação e que apresentavam valor contábil diferente do seu valor justo, sendo-lhes atribuído novo valor, conforme laudo de avaliação a partir da data base 31 de dezembro de 2013.

Tais valores foram reconhecidos no imobilizado e no patrimônio líquido na conta de ajustes de avaliação patrimonial desde 2013.

3.8. Passivo circulante: estão registrados pelos valores conhecidos e atualizados até a data do balanço.

3.9. Empréstimos: estão registrados pelos valores conhecidos e atualizados até a data do balanço.

3.10. Instrumentos financeiros: os Instrumentos financeiros usualmente utilizados restringem-se às aplicações financeiras em condições normais de mercado. A administração deste risco é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente entre as taxas contratadas e as vigentes no mercado. Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa. Os principais instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais são representados por aplicações financeiras cujos valores estimados de mercado são similares aos seus respectivos valores contábeis.

3.11. Demonstração dos fluxos de caixa (DFC): esta demonstração está sendo apresentada em substituição a demonstração das origens e aplicações de recursos conforme CPC nº 03.

3.12. Imunidade tributária: a entidade é imune do recolhimento do imposto de renda pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido, conforme artigos 168 a 73 do Decreto nº 3000/99 de 26 de março de 1999.

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZA NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis, a administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo de caixa e equivalentes de caixa inclui os recursos em moeda local, os saldos mantidos em contas bancárias para livre movimentação e investimentos temporários em aplicações financeiras de imediata liquidez. Estão assim representados:

Descrição	2021	2020
Caixa	526	526
Bancos conta movimento	90.359	31.784
Aplicações financeiras	978.646	911.969
Total caixa e equivalentes de caixa	1.069.531	944.279

6. CRÉDITOS A RECEBER

Estão assim representadas:

Descrição	2021	2020
Contrato Vitallis Saúde Notre Dame	-	20.100
Contrato Unimed/BH	9.683	34.726
Contrato AMS/PASA/Vale	37.605	19.343
Contrato Bradesco Saúde	59.086	60.873
Contrato Sistema Único de Saúde	159.098	154.773
Contrato Município de Santa Barbara	135.574	56.533
Contrato Município de Catas Altas	(79.061)	62.210
Outros contratos	32.073	50.825
Total de créditos a receber	354.058	459.383

A Entidade mantém controle mensal sobre os valores não recebidos, portanto, pelos valores envolvidos não constitui a provisão para crédito de liquidação duvidosa, registrando em conta própria do resultado quando incorridas.

7. ESTOQUES

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição, sem exceder o valor de mercado, estando assim representados:

Descrição	2021	2020
Materiais e medicamentos	402.499	130.755
Materiais de lavanderia	3.996	2.523
Materiais de higiene e limpeza	5.157	5.287
Gêneros alimentícios	4.061	4.985
Materiais de expediente	8.230	9.459
EPI	3.895	3.943
Material de laboratório	43.979	14.346
Suprimentos de informática	811	1.590
Material de cozinha	4.686	3.243
Materiais diversos	7.066	87
Enxoval	15.109	12.650
Material de manutenção	598	911
Total de estoques	500.087	189.779

8. IMOBILIZADO

Custo	2020				Transf.	2021
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final		
Imoveis-construções	3.422.000	-	-	-	3.422.000	
Benfeitorias em imoveis	908.985	13.717	-	-	922.702	
Terrenos	8.924.475	-	-	-	8.924.475	
Móveis e utensílios	258.647	56.022	(1.919)	-	312.750	
Maquinas e equipamentos	562.767	20.778	(14.349)	-	569.196	
Equipamentos hospitalares	2.093.882	188.058	(49.570)	-	2.232.370	
Instrumental	305.414	-	-	-	305.414	
Total custo	16.476.170	278.575	(65.838)	-	16.688.907	
Depreciação	Taxa depreciação	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transf.	Saldo final
Imoveis-construções	4% a.a.	(136.880)	(136.880)	-	-	(273.760)
Benfeitorias em imoveis	4% a.a.	(36.359)	(36.909)	-	-	(73.268)
Móveis e utensílios	10% a.a.	(111.106)	(28.439)	1.307	-	(138.238)
Maquinas e equipamentos	10% a.a.	(221.824)	(55.900)	7.226	-	(270.498)
Equipamentos hospitalares	10% a.a.	(843.686)	(217.338)	22.662	-	(1.038.362)
Instrumental	10% a.a.	(149.968)	(30.541)	-	-	(180.509)
Total depreciação		(1.499.823)	(506.007)	31.195	-	(1.974.635)
Valor residual líquido		14.976.347	(227.432)	(34.643)	-	14.714.272

Custo	2019				2020	
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transf.	Saldo final	
Imoveis-construções	13.011.489	-	-	(9.589.489)	3.422.000	
Beneficitorias em imoveis	-	243.971	-	665.014	908.985	
Terrenos	-	-	-	8.924.475	8.924.475	
Móveis e utensílios	253.328	5.465	(146)	-	258.647	
Maquinas e equipamentos	520.764	42.491	(488)	-	562.767	
Equipamentos hospitalares	1.765.390	328.912	(420)	-	2.093.882	
Instrumental	305.103	311	-	-	305.414	
Total custo	15.856.074	621.150	(1.054)	-	16.476.170	
Depreciação	Taxa depreciação	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transf.	Saldo final
Imoveis-construções	4% a.a.	-	(136.880)	-	-	(136.880)
Beneficitorias em imoveis	4% a.a.	-	(36.359)	-	-	(36.359)
Móveis e utensílios	10% a.a.	(85.914)	(25.192)	-	-	(111.106)
Maquinas e equipamentos	10% a.a.	(168.500)	(53.324)	-	-	(221.824)
Equipamentos hospitalares	10% a.a.	(657.301)	(186.385)	-	-	(843.686)
Instrumental	10% a.a.	(119.454)	(30.514)	-	-	(149.968)
Total depreciação		(1.031.169)	(468.654)	-	-	(1.499.823)
Valor residual líquido		14.824.905	152.496	(1.054)	-	14.976.347

9. FORNECEDORES

Descrição	2021	2020
Fornecedores de materiais e medicamentos	77.689	98.842
Serviços de terceiros	3	4.119
Fornecedores de materiais diversos	41.397	45.610
Fornecedores de serviços diversos	16.814	23.430
Total de fornecedores	135.903	172.001

10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

Descrição	2021	2020
Obrigações com pessoal	224.867	216.338
Obrigações previdenciária	166.816	134.275
Provisões	253.455	293.405
Total das obrigações sociais	645.138	644.018

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Descrição	2021	2020
Sicoob	212.560	444.444
Sicoob – juros a transcorrer	(31.883)	(61.110)
Bradesco	174.840	266.061
Bradesco - juros a transcorrer	(26.683)	(42.450)
Total empréstimos e financiamentos	328.834	606.945
Circulante	213.562	276.667
Não circulante	115.272	330.278

O empréstimo junto ao Bradesco, SICCOB teve como objetivo a captação de recurso para capital de giro da entidade:

O financiamento junto ao Bradesco foi realizado nas seguintes características da operação de crédito:

- Pagamento em 36 parcelas
- Periodicidade de pagamento mensal
- Vencimento da primeira parcela em 28/12/2020
- Vencimento da operação em 27/11/2023
- Taxa de juros: 0,80% am

O empréstimo junto ao SICCOB foi realizado nas seguintes características da operação de crédito:

- Pagamento em 36 parcelas
- Periodicidade de pagamento mensal
- Vencimento da primeira parcela em 21/01/2019
- Vencimento da operação em 20/12/2021
- Taxa de juros: 1,67% am

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Patrimônio social

É composto por doações recebidas e pela incorporação do superávit ou déficit de cada exercício. A Entidade possui caráter filantrópico, considerada sem fins econômicos sendo que seu patrimônio em caso de dissolução ou extinção da entidade deverá ser destinado a outra instituição congênere, com personalidade jurídica, que esteja registrada no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS ou entidade pública.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Registra a contrapartida do custo atribuído (deemed cost) dos bens do ativo imobilizado avaliados pelo valor justo em 2013.

c) Superávit/ (déficit) do exercício.

Os resultados dos exercícios são mantidos nas rubricas superávit ou déficit do exercício enquanto não aprovados pela Assembleia Geral e, após a sua aprovação, são transferidos para a conta de fundo patrimonial.

13. RECEITAS COM CONVÊNIOS

Estão assim representadas:

<u>Descrição</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Convênios	3.408.953	2.889.167
Recuperação de glosa	5.970	36.137
Total das receitas com convênios	3.414.923	2.925.304

14. RECEITAS COM SUS

Descrição	2021	2020
SUS interno	811.704	811.704
SUS externo FAE	651.849	628.426
Integrasmus	63.386	31.226
IAC – Incentivo	353.757	385.917
Total das receitas com SUS	1.880.696	1.857.273

15. CONTRATO DE GESTÃO

Descrição	2021	2020
Contrato Município de Santa Barbara	5.364.153	4.296.000
Total das receitas com contrato de gestão	5.364.153	4.296.000

O objeto do contrato é executar as diversas ações em urgência e emergência com 2 (dois) médicos em plantões presenciais no Pronto Atendimento 7 (sete) dias por semana com cobertura nas clínicas medica, obstétrica pediátrica, cirúrgica e neonatológica, anestesiológica e ortopédica em regime de sobreaviso. Sendo que a quantidade mensal a ser contratada é de 24 (vinte e quatro) horas.

16. RECEITAS DE SUBVENÇÕES

Descrição	2021	2020
Subvenções Estaduais	307.636	28.480
Subvenções Municipais	2.137.183	1.791.568
Total das receitas de subvenções	2.444.819	1.820.048

17. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Os custos estão apresentados da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Despesas com pessoal	(4.383.441)	(3.726.186)
Depreciação	(474.812)	(468.654)
Serviços de terceiros	(6.009.047)	(4.894.047)
Materiais e medicamentos	(1.230.686)	(801.481)
Gastos com materiais	(392.216)	(316.486)
Outros	(26.189)	(27.576)
Total dos custos de serviços prestados	(12.516.391)	(10.234.430)

18. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

Descrição	2021	2020
Honorários profissionais	(172.958)	(82.216)
Aluguel e arrendamento	(35.699)	(14.109)
Propaganda e publicidade	-	(1.965)
Outros serviços de terceiros	(390.563)	(310.198)
Gastos com outros materiais	(83.897)	(86.909)
Taxas e emolumentos	(266)	(602)
Total de despesas administrativas e gerais	(683.383)	(495.999)

19. OUTRAS RECEITAS

Descrição	2021	2020
Taxa administrativa	26.278	8.614
Recuperação de despesas	334	4.171
Outras receitas	3.873	3.779
Total de outras receitas	30.485	16.564

20. INFORMAÇÕES RELEVANTES

20.1) Gratuidade

A Santa Casa Nossa Senhora das Mercês é uma entidade filantrópica sem fins lucrativos apresenta suas demonstrações contábeis e prestações de contas nos órgãos governamentais de acordo com sua atividade que é certificada pelo CEBAS – Ministério da Saúde.

A gratuidade da Santa Casa Nossa Senhora das Mercês é apurada conforme estabelecido na Portaria Nº 834, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área de saúde.

O requisito utilizado pela Santa Casa Nossa Senhora das Mercês é o instituído no Artigo 4º, parágrafo único, inciso I, da referida Portaria, ou seja, "prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), em conformidade com o art. 4º e 6º da Lei nº 12.101, de 2009".

O percentual para fins de cálculo é medido pela razão de paciente-dia e pela quantidade de atendimentos/procedimentos, conforme artigos 4º e 5º da Lei nº 12.101, 27 de novembro de 2009, conforme dados abaixo:

Descrição	SUS	NÃO SUS	2021 Total
Leitos	34	16	50
Total	34	16	50
Percentual %	68,00	32,00	100,00

Conforme apresentado abaixo a Santa Casa Nossa Senhora das Mercês em 31 de dezembro de 2021 atingiu o percentual de 80,10% de atendimentos destinados ao Sistema Único de Saúde/ SUS (2020 - o percentual foi de 77,75%).

Descrição	SUS	NÃO SUS	2021 Total
a) Internações	1.473	674	2.147
b) Ambulatoriais	74.326	18.162	92.488
Total	75.799	18.836	94.635
Percentual %	80,10	19,90	100,00

a) Internações

Descrição			2021
	SUS	NÃO SUS	Total
Internações	1.473	674	2.147
Total	1.473	674	2.147
Percentual %	68,61	31,39	100,00

b) Atendimento ambulatorial

Descrição			2021
	SUS	NÃO SUS	Total
Atendimento ambulatorial	74.326	18.162	92.488
Total	74.326	18.162	92.488
Percentual %	80,36	19,64	100,00

Ademais, de acordo com a Portaria N° 834, de 26 de abril de 2016 a Santa Casa Nossa Senhora das Mercês disponibiliza:

Art. 7º - Para ser considerada beneficente e fazer jus ao CEBAS, a entidade de saúde deverá:

I - celebrar contrato, convênio ou instrumento congêneres com o gestor do SUS;

II - ofertar a prestação de seus serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento); e

III - comprovar, anualmente, a prestação de serviços de que trata o inciso II, nos termos da Seção II deste Capítulo.

20.2) Isenções tributárias (INSS Patronal)

A entidade atende aos requisitos legais para isenção das referidas contribuições, que são assim demonstradas:

Descrição	2021	2020
INSS patronal	1.026.566	869.551
Total das isenções tributárias	1.026.566	869.551

21. COBERTURA DE SEGURO

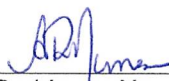
A entidade mantém coberturas de seguros para as edificações, suficientes para cobrir eventuais sinistros.

22. CONTINGÊNCIAS

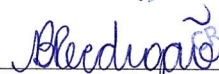
Em 31 de dezembro de 2021 a Santa Casa Nossa Senhora das Mercês possuía processos trabalhistas considerados pelos assessores jurídicos da entidade como sendo de probabilidade de risco de perda provável, no valor de R\$77.112 e processos cíveis considerados pelos assessores jurídicos como sendo de probabilidade de risco de perda possível, no valor de R\$1.300.000.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores contábeis de aplicações financeiras, contas a receber constantes no balanço patrimonial, quando comparados aos valores que poderiam ser obtidos na sua negociação com terceiros ou, na ausência destes, quando comparados com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante esse exercício, a Entidade não realizou operações com derivativos.



Ariadny Rodrigues Nunes de Souza
Diretora Presidente



Brizze Fernanda Ferreira Perdigão
Contadora - CRCMG 122.552/O

Brizze Fernanda Ferreira Perdigão
Contadora
CRC-MG 122552/O-4